



AS NOVAS FACES DO RURAL E A LUTA POR TERRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Leonilde Servolo de Medeiros*

El artículo busca describir la diversidad de protagonistas de la lucha por la tierra en Brasil y las nuevas preguntas que los resultados de sus reivindicaciones han producido en la problematización de los parámetros clasificatorios por medio de los cuales se ha tratado de definir lo rural y lo urbano, el campo y la ciudad. A lo largo del texto, se muestran las transformaciones de los grupos humanos que demandan tierra, los efectos de esa demanda sobre las políticas públicas y la dinámica de reivindicaciones que desencadenan.

This article intends to characterize the diversity of actors fighting for land in Brazil and the new questions that the results of their claims have brought to the problematization of the classificatory parameters that are used to define the limits between the rural and the urban, the country and the city. In the text, the transformations in the public demanding land, the effects of these claims on public policies and the sequence of vindications generated by them are pointed.

Palavras chave: questão agrária, luta por terra, trabalhadores sem terra, assentamentos rurais, Brasil.

* Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CNPq). E-mail: leonilde@ism.com.br

Nas últimas décadas, o perfil do que se poderia chamar a face rural do Brasil sofreu significativas mudanças, expressas não só no aumento da velocidade da expropriação dos trabalhadores do campo, estimulada pelo ritmo de modernização das atividades agrícolas e agroindustriais, mas também pelo aparecimento de novas formas de organização, identidades políticas, demandas e repertórios de ação por parte do contingente atingido por esse processo.

Ao longo das mudanças em curso, chama a atenção o fato de que tem se mantido vigorosa a demanda por reforma agrária, como demonstram o crescimento dos acampamentos e ocupações, a ampliação do âmbito de atuação e a projeção nacional e internacional que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) adquiriu nos últimos vinte anos. Essa persistência, no bojo de intensas transformações no processo produtivo e da crescente importância do agronegócio na economia do país, atualiza o debate sobre o seu significado, protagonistas e questões que coloca para a reflexão sobre o meio rural.

Ao longo da história brasileira, a reivindicação por terra apareceu sob diversas roupagens, mas, em qualquer de suas formas, o fiz denunciando uma das facetas da concentração de riqueza da sociedade brasileira: a fundiária. A in-

tensa modernização tecnológica da agricultura, verificada a partir de meados dos anos 60, aprofundou as desigualdades já existentes e traduziu-se numa crescente dificuldade de acesso dos trabalhadores à terra, agravando o que vem sendo chamado de “pobreza” no meio rural. Esse termo, de circulação cada vez mais intensa nas instituições nacionais e internacionais geradoras de políticas públicas, ao mesmo tempo em

são “reforma agrária”, que tem sintetizado um conjunto de reivindicações dos trabalhadores rurais pauperizados, envolve a nomeação e localização dos personagens, a constituição de identidades políticas e uma história de lutas sociais: de um lado, os que se apresentam no espaço público como demandantes de terra para trabalhar e se reproduzir socialmente¹; de outro, os que se identificam como *empresários* ou *produtores rurais*, mas que são, no processo de disputa política, identificados como *latifundiários*². Ao mesmo tempo, a expressão aponta uma saída historicamente constituída e incorporada às instituições estatais: a redistribuição de ativos fundiários, através da desapropriação de imóveis improdutivos³.

Neste artigo, pretende-se caracterizar a diversidade dos protagonistas dessa luta e os novos desafios que a reflexão sobre o tema têm trazido para a problematização dos parâmetros classificatórios por meio dos quais os cientistas sociais têm procurado definir os limites entre rural e urbano, campo e cidade. A intenção é trazer algumas contribuições para superar o que Melucci (2001)

chama de “miopia do visível”, ou seja, atenção sobre os aspectos mensuráveis da ação coletiva, isto é, a relação com sistemas políticos e os efeitos sobre as políticas, ignorando a importância da produção de



Alicia Viteri, (Colombia, 1946), *Madre e hija*, 78 x 60 cm, óleo/tela, 1984

que enfatiza as carências básicas de determinados segmentos da população, dilui suas particularidades, atores envolvidos e os temas em disputa. Nos termos em que se coloca a proposta do presente artigo, a expres-



Alicia Viteri, *boceto, óleo/papel, 1984*

códigos culturais que constitui a principal atividade das redes submersas dos movimentos sociais.

Os protagonistas da luta por terra

Os protagonistas da luta por terra têm mudado bastante nas últimas décadas, incorporando novos segmentos e formas de ação, indicando a necessidade de uma perspectiva histórica que permita entender a trajetória dessa luta e as concepções e expectativas em jogo.

Um rápido percurso na história mais recente do país mostra que, nos anos 50/60/70 do século XX, momento em que a reforma agrária se afirma no cenário político como principal bandeira dos trabalhadores do campo, os principais protagonistas da luta eram segmentos que já estavam de há muito na terra, por vezes há gerações, e que

passaram a ser pressionados para dela sair pelos que apareciam com títulos de propriedade (muitas vezes falsos) e que tinham interesse em investir em atividades produtivas, ou, o que era bastante comum, apenas usar o imóvel como reserva de valor. Duas situações eram bastante recorrentes: a dos *posseiros* (lavradores que não tinham qualquer documento formal que comprovasse a propriedade da terra onde viviam) e a dos que tinham acesso a um lote por meio de algum tipo de contrato de arrendamento, parceria ou como *moradores* ou *colonos*⁴. A figura do *posseiro* predominava nas regiões por onde então se expandia a fronteira agrícola (nos anos 50, estado de Goiás, sudoeste do Paraná, Maranhão; nos anos 70, Pará), mas também em outras áreas, de ocupação antiga, mas abandonadas pelos antigos proprietários em razão da falência de atividades econômicas e que foram pouco a pouco apropriadas por pequenos agriculto-

res. Era o caso da Baixada Fluminense, no entorno da então capital federal, no estado do Rio de Janeiro. *Rendeiros, foreiros* (denominações locais para lavradores que tinham contratos assemelhados com arrendamento e parceria), por sua vez constituíram-se na principal base das lutas por terra na região nordeste do Brasil, celebrizadas por meio das Ligas Camponesas. Nesse caso, tratava-se de resistência a um processo de expropriação em curso, ligada às transformações de cultivo. Em outras áreas do país, como é o caso do estado de São Paulo, arrendatários discutiam as próprias regras dos contratos de arrendamento ou então as condições de trabalho nas lavouras de café e algodão. As lutas desses segmentos marcaram os anos 50 e o início da década de 60 e foram a base para a constituição de uma identidade política –*camponês*– e de uma bandeira de luta que passou a traduzir um conjunto diversificado de demandas –*reforma agrária*–.

Apesar da repressão às organizações de trabalhadores que seguiu ao golpe militar de 1964, os conflitos por terra prosseguiram, embora de forma atomizada e desarticulada, e se estenderam por novas regiões (em especial na Amazônia). Em grande parte dos casos, mobilizavam o mesmo tipo de população: trabalhadores que já estavam na terra e passavam a ser ameaçados pelos novos interesses ligados à propriedade fundiária, agora configurados nos conglomerados financeiros e industriais que passaram a receber incentivos estatais para investir na modernização agrícola.

Parte importante desses conflitos ainda persistiam no final dos anos 70 e início dos anos 80 – momento em que se iniciou um amplo movimento por redemocratização do país, culminando no fim do regime militar– e vinham à tona principalmente mediante as denúncias da Igreja Católica. Desde então, uma descontínua política de assentamentos atendeu parte das demandas, garantindo a permanência na terra dos que nela viviam e suas formas tradicionais de uso, reavivando um ideal camponês que muitos consideravam condenado pela modernização agrícola.

No entanto, não foi essa a face mais visível e inovadora da luta por terra na década de 80. A modernização da agricultura levada a cabo durante o regime militar também criou novos personagens: entre outros, trabalhadores obrigados a se deslocar em função da construção de grandes projetos hidrelétricos (*atingidos por barragens*); *seringueiros*, que se projetaram mundialmente em função da capacidade de suas lide-

ranças de juntar a luta por terra à preservação ambiental; os *sem terra*, produto do rápido processo de pauperização e expropriação, em especial no sul do país, de pequenos proprietários, muitos dos quais não conseguiram se integrar de forma exitosa ao novo modelo de agricultura, altamente tecnificado. Dívidas, rápida elevação do preço da terra, opção por monocultura, num contexto de crescente aumento de produtividade beneficiando principalmente os grandes produtores, foram alguns dos fatores que fizeram com que parte dos pequenos agricultores perdessem ou vendessem a terra e buscassem outras alternativas de sobrevivência, quer na própria agricultura, migrando para regiões de fronteira em busca de projetos de colonização, quer passando a tentar sobreviver como arrendatários ou ainda buscando alternativas urbanas de inserção. Nem sempre essas alternativas foram bem sucedidas e, não por acaso, no final dos anos 70 e início dos anos 80, é nas áreas mais modernizadas da agricultura brasileira que a disputa fundiária ganha força, envolvendo não os que resistiam na terra onde há muito viviam, mas os que já a haviam perdido. Esse contingente de expropriados, marcados pelo trabalho capilar de organização de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação e com um perfil cultural bastante distinto de *posseiros* e *foreiros*, se constituiu, nesse momento, na principal base do MST.

Nos anos 90, esse contingente passou a ser engrossado por novas levadas de demandantes de terra. Um primeiro grupo é o dos trabalhadores já expropriados que viviam nas periferias das pequenas cidades

interioranas e sobreviviam através do trabalho temporário nas grandes lavouras que, por razões relacionadas –como a macropolítica econômica–, entraram em crise. É o caso das usinas de açúcar (em especial, mas não só, nas áreas de menor competitividade, como é o caso de parte importante da zona canavieira nordestina) e das áreas cacauceiras da Bahia. Outro contingente é o dos trabalhadores que não se reproduziam socialmente mais pelo trabalho agrícola, mas principalmente por meio de atividades urbanas, marcadas por uma enorme precariedade (construção civil, vendedor ambulante etc) e sem vínculo formal de emprego. Para estes, o ingresso na luta por terra aparecia como uma forma, entre outras possíveis, de enfrentar as dificuldades de trabalho em caráter mais permanente, quer no campo, quer na cidade⁵.

Pesquisas recentes têm mostrado que o fantasma do desemprego, o medo da desestruturação de relações familiares, em especial nas periferias das grandes cidades, expresso nas constantes menções a riscos da vitimização pela violência urbana ou do recrutamento dos filhos pelo tráfico de drogas, têm sido elementos importantes na construção de novas opções. Trata-se de uma população com dificuldades de se inserir num mercado de trabalho altamente competitivo que, cada vez mais, demanda conhecimentos especializados, alijando aqueles com baixa escolaridade e pouca profissionalização. Mas, a alternativa de se envolver em acampamentos e ocupações foi também, em grande medida, produto da consolidação e visibilidade do MST, que, de alguma forma, atualizou a possibilidade do acesso à terra num momento em que

ela já não se inscrevia nos horizontes, tornando-a uma alternativa possível de sobrevivência e de reconhecimento social⁶.

Novos formatos de ação e organização

Se nos anos 70 o sindicalismo rural foi o principal porta-voz das lutas por terra, nos anos 80, é o MST que a polariza. Inovando em termos de repertório de ações, através da utilização de eventos de grande repercussão nos meios de comunicação (acampamentos e ocupações de fazendas por um grande número de trabalhadores; caminhadas, com duração de meses; ocupações de prédios públicos), criou fatos políticos que atraíram a atenção da opinião pública, buscando reconhecimento e gerando a explicitação de oposições e alianças. Iniciado no Rio Grande do Sul, ainda no final dos anos 70, essa organização rapidamente se estendeu a outros estados, tornando-se ponto central na constituição de uma nova identidade política: a de *sem terra* (Navarro, 2002; Fernandes, 2000; Caldart, 2000). Os acampamentos e ocupações tornaram-se uma espécie de marca registrada de sua prática, criando toda uma simbologia que, em pouco tempo, passou a ser adotada também pelo sindicalismo rural, que disputava a hegemonia na condução da bandeira da reforma agrária⁷. Trata-se de uma forma inovadora de luta pela terra que publiciza a demanda, cria fatos políticos, impõe negociações, polariza atores e traz o Estado para o centro do debate, obrigando-o a tomar posições, constituir políticas etc.

Formularam-se ainda princípios organizativos próprios, bastante distintos dos que tradicionalmente regeram as organizações sindicais: arregimentação de famílias inteiras (e não apenas de indivíduos), sem um processo de filiação ou associação formal, mas apenas com base na participação, que pode começar em qualquer tempo e lugar e envolver pessoas das mais diferentes trajetórias, inclusive aquelas sem origem rural (Caldart, 2000). Por outro lado, também diferentemente da tradição sindical, abriu-se espaço para colegiados de coordenação, implicando uma estrutura menos rígida, ao mesmo tempo, mais ágil, mas nem por isso menos centralizada (Navarro, 2002).

As inovações trazidas pelo MST em relação à prática sindical vão também na direção de buscar formas organizativas relacionadas à produção dos assentados, buscando sua inserção no mercado através de cooperativas e associações e de um esforço inicial de criação de formas coletivas de produção. Verifica-se ainda uma forte preocupação com a reprodução de quadros, por meio de um processo intensivo de formação, com ênfase na escolarização formal e na formação política. Se, num primeiro momento, esses quadros surgiram dentro dos próprios assentamentos, projetando lideranças, hoje o esforço se estende também para jovens estudantes universitários, mobilizados para realizar cursos de formação, estágios de vivência em assentamentos, trazendo para o seio da organização não só trabalhadores (“rurais” e/ou “urbanos”) que demandam terra para trabalho, mas também um público que passa a participar da organização não por

desejar terra, mas por compartilhar de seu ideário e se dispor a difundir-lo e apoiá-lo a partir das mais diferentes frentes de ação.

Um outro traço do MST é a não limitação de suas ações ao “rural” tal como convencionalmente definido. Partindo do pressuposto que a viabilização da reforma agrária e dos assentados relaciona-se com a própria lógica do modelo de desenvolvimento e de que se trata de uma questão que não é local nem nacional, mas global, o MST tem participado de campanhas contra os transgênicos, contra a Alca etc., e se integrado a redes globais de movimentos, como a Via Campesina.

Os assentamentos como espaço de vida e trabalho

Os assentamentos rurais, formas através das quais vem se concretizando o acesso à terra por parte dos trabalhadores que a demandam, são produto de uma luta silenciosa e contínua, que ocorre em diversos pontos do país e é potencializada pelas iniciativas de suas organizações de representação (MST, sindicalismo rural e/ou diversos movimentos de atuação mais regional) ou de entidades de apoio (Comissão Pastoral da Terra, por exemplo). São ainda produto da forma como as instituições estatais equacionam os conflitos e agem sobre eles.

Ao longo dos anos 80 e 90, o Estado passou a reconhecer os conflitos que eclodiam e a tentar redirecionar suas demandas, ressemantizando-as e gerando mecanismos institucionais para seu enquadramento (Offe, 1984;



Alicia Viteri, boceto, óleo/tela, 1984

Tarrow, 1994). Tornou-se, assim, um dos atores cruciais de um complexo jogo político onde são disputados significados e conteúdos das políticas públicas, em especial da reforma agrária.

Os assentamentos têm sido criados, desde os anos 80, a partir de uma lógica de intervenção governamental que tem privilegiado a ação pontual sobre situações de conflito, segundo sua gravidade e/ou a visibilidade dos diferentes interesses envolvidos. Isso lhes deu características peculiares: são espacialmente dispersos, muitas vezes com pouca infra-estrutura viária (dificultando ou mesmo inviabilizando o acesso a mercados para os produtos gerados) e deficiências no que tange a assistência técnica, apoio financeiro, sanitário e educa-

cional. Nas regiões onde se verifica uma maior concentração de projetos, ela se deve muito mais à própria forma que as lutas por terra assumiram do que a uma opção prévia de intervenção coordenada. Como apontam Heredia et alii (2002:77), as medidas que resultaram na criação dos assentamentos do período democrático, sem estarem orientadas para a realização de uma reforma agrária 'massiva', como exigiam os movimentos de trabalhadores, mas adotadas sob pressão destes, foram potencializadas por uma certa simultaneidade ('pacotes' de desapropriações) e por sua concentração nas regiões em que os movimentos atuavam, mesmo não atingindo necessariamente áreas contíguas. A percepção do sucesso do caminho adotado estimulou trabalhadores das cercanias a seguirem na mesma

linha, sendo feitas novas desapropriações, adensando-se os assentamentos em determinadas áreas e levando os movimentos a tentarem repetir a experiência em outras tantas. Assim foram surgindo "áreas reformadas" a posteriori.

No entanto, os assentamentos vêm alimentando também outras demandas, abrindo um ciclo de reivindicações e mobilizações, das quais o acesso à terra é apenas o momento fundante. Com efeito, as pesquisas têm mostrado que a criação do assentamento e a obtenção do *status* de produtor rural assentado geraram reivindicações que permitiram o acesso, ainda que limitado e pontuado de dificuldades, desse segmento a bens dos quais anteriormente estavam excluídos. É o caso, por exemplo, do crédito ru-

ral, melhorias no sistema viário, energia elétrica, saúde, escola, inserindo os assentados num universo de negociações, de reconhecimento social e de descoberta e/ou criação de direitos antes distante do seu cotidiano.

Fazem parte da construção desse reconhecimento diversas circunstâncias. Os assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova da eficácia das pressões intensas, em especial quando a referência são as ocupações de terra e acampamentos; provocam rearranjos institucionais, rebatendo na necessidade de um aparelhamento do Estado para lidar com essa nova realidade (não só no que diz respeito à criação de novos organismos ou reformulação

dos existentes –nos governos federal, estaduais e municipais– mas também de novas leis e regulamentações); possibilitam a geração de empregos e, de alguma maneira, o aumento do nível de renda de boa parte das famílias assentadas (com reflexos nas economias municipais e regionais); têm potencial para alterar, em maior ou menor medida, as relações de poder local, não necessariamente deslocando-as para um outro, mas passando a ter peso nas decisões locais ou, de alguma forma, influenciando-o, por meio de criação de associações, participação na vida político-partidária local etc.

Nas demandas está presente, explicitamente ou não, a procura, a partir de uma nova participação social, de formas de viabilização

de uma inserção mais vantajosa no mercado de trabalho (a ênfase na importância da escola, tida como chave de abrir portas para a ascensão social é um exemplo disso), em muitos casos por meio de uma complexa combinação de estratégias familiares, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, dentro e fora dos assentamentos, no meio rural ou nas cidades. Nas suas particularidades, esses arranjos expressam visões de mundo e estratégias que revelam aspirações que não sempre estão adequadamente traduzidas pelas organizações de representação, nem muito menos correspondem às interpretações que as instituições estatais fazem delas quando normatizam o processo de alocação de trabalhadores. Eles têm sido uma forma importante de expres-



Alicia Viteri, boceto-mural, óleo/papel, 1984

são e cristalização das experiências anteriores vivenciadas por diferentes segmentos de trabalhadores envolvidos nos conflitos fundiários e têm alimentado conflitos cotidianos, com o Estado e com as organizações de representação, perceptíveis na dinâmica dos assentamentos⁸.

Considerações finais

Os processos em que os assentamentos estão imersos indicam inserções sociais, experiências acumuladas, projetos de vida, concepções de legitimidade, valores que passam a ser difundidos através do próprio processo de constituição e legitimação dos grupos. Não se trata exatamente de “projetos”, no sentido de propostas claramente delineadas, com estratégias definidas. Na expressão de Melucci (2001), são antes sinais, mensagens de algo que está nascendo; que indicam transformações, mas não explicitam sua direção⁹.

Em muitos casos (e toda a tentativa de generalização é sempre perigosa) nos assentamentos (e não só neles, mas também em diferentes formas do que vem sendo chamado de *agricultura familiar*), o que se verifica é a constituição de uma nova relação dos trabalhadores com as atividades agrícolas, que impõe questionar as concepções que defendem a existência de alguns segmentos “vocacionados” para a agricultura e outros não. Esse tema é bastante comum no debate político em torno da pertinência ou não de uma política de reforma agrária no Brasil e tem sido bastante utilizado pelos que se opõem à ampliação da política de assenta-

mentos, assumindo frequentemente um caráter acusatório.

Essa simplificação dos processos em curso dificulta a percepção de que há um reordenamento do lugar do rural, que tem levado os pesquisadores a discutir o próprio significado da ruralidade. Sob essa perspectiva, os assentamentos são espaços de produção agropecuária mas também de outras atividades, não só econômicas mas políticas e culturais, correspondendo a uma tendência geral das áreas rurais, em especial daquelas próximas a centros urbanos ou de fácil acesso.

Nas demandas dos assentados há um sonho, também presente nas lutas de outros segmentos: o de superar o rural como espaço da precariedade e de reconstruí-lo como um modo de vida particular onde está presente muito do que se convencionou ser característica do urbano: a inserção na política, boa educação, possibilidade de produção de bens culturais, bom atendimento à saúde, acesso a eletrodomésticos, moradias confortáveis, espaços de lazer, de prática de esportes etc.

Citas

- 1 Entre eles, *sem terra, atingidos por barragens, posseiros, seringueiros, ribeirinhos, posseiros* etc.
- 2 No Brasil, o termo *latifundiário* evoca relações de dominação, exploração, violência, mais do que somente uma forma de propriedade. Trata-se de um termo com fortes conotações políticas. Daí o empenho dos grandes proprietários em cunhar no espaço público uma identidade fundada na produção e na modernidade produtiva.
- 3 A Constituição brasileira prevê a desapropriação para fins de reforma agrária de imóveis rurais que não cumpram sua

função social, constitucionalmente definida em termos de produtividade média semelhante à região onde está o imóvel, cumprimento da legislação trabalhista e respeito ao meio ambiente. As desapropriações implicam indenização em dinheiro e à vista das benfeitorias existentes e pagamento da terra em títulos da dívida agrária. Na prática, acabam sendo passíveis de desapropriação apenas as propriedades consideradas improdutivas. Para maiores detalhes, ver Constituição brasileira de 1988 e Lei Agrária de 1993.

- 4 *Morador* é o nome que se dava, no Nordeste brasileiro, ao trabalhador que vivia numa grande propriedade, prestava serviços na lavoura principal (geralmente uma monocultura de exportação) e tinha acesso a um pequeno lote para construção de moradia, plantio de alimentos básicos e criação de pequenos animais. Nas lavouras cafeeiras do Centro Sul, esse mesmo tipo de trabalhador era chamado de *colono*. Para maiores informações, ver Palmeira (1977) e Stockler (1986).
- 5 A distinção entre os dois contingentes está sendo feita apenas para facilitar a exposição. Na prática, por vezes, eles se superpõem.
- 6 Embora o MST tenha um papel central na publicização da luta por terra, não é a única organização que se envolve nela. Desde o início dos anos 90, o sindicalismo rural passou a também atuar mais incisivamente nessa direção, reproduzindo acampamentos e ocupações. Localmente também surgiram várias organizações, muitas delas dissidentes do MST, que se utilizavam do mesmo repertório de ações.
- 7 Uma interessante discussão sobre os acampamentos como forma específica de luta, bem como a disputa entre organizações pela sua condução, pode ser encontrada na exposição virtual sobre o tema organizada por Lygia Sigaud: www.lonasebandeiras.com.br. Ver também Sigaud, 2000.
- 8 A literatura sobre assentamentos menciona fartamente esses conflitos. Uma discussão recente sobre o tema pode ser encontrada em Martins, coord. (2003).
- 9 De acordo com Melucci, “os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e,

deste modo, falam para todos” (Melucci, 2001: 21).

Bibliografia

- CALDART, Roseli, *Pedagogia do Movimentos sem Terra*, Petrópolis, Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano, *A formação do MST no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 2000.
- HEREDIA, Beatriz; Medeiros, Leonilde; Palmeira, Moacir; Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio, “Análise dos impactos da reforma agrária no Brasil”, in: *Estudos Sociedade e Agricultura*, No. 18, 2002.
- MARTINS, José de Sousa (coord.), *Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos*, Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- MELUCCI, Alberto, *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*, Petrópolis, Vozes, 2001.
- NAVARRO, Zander, “Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil”, in: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.
- OFFE, Claus, *Problemas estruturais do Estado capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- PALMEIRA, Moacir, “Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”, *Contraponto*, ano II, No. 2, 1977.
- SIGAUD, Lygia, “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”, in: *Novos Estudos Cebrap*, No. 58, 2000.
- STOLCKE, Verena, *Cafecultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- TARROW, Sidney, *Power in movement. Social movements, collective action and politics*, Cambridge University Press, 1994.

